



Jornal FNE Edição 63 – Ago/07

Vitória da Categoria

Nesta edição, Engenheiro traz notícias de uma importante conquista da categoria na cidade de Maceió, em Alagoas. Após grande empenho do Senge-AL, finalmente a Câmara Municipal aprovou e o prefeito sancionou a lei que estabelece o piso salarial para os engenheiros estatutários, contemplando o valor previsto na Lei 4.950-A/66, que prevê pagamento de nove mínimos vigentes no País para o profissional com jornada de oito horas diárias. A vitória soma-se a várias iniciativas Brasil a fora, que vêm confirmando a justa reivindicação.

De extrema importância também o Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável, que, entre os dias 7 e 15 de agosto, debaterá o meio ambiente e o crescimento econômico da Amazônia, assim como a integração entre os países sul-americanos que a compõem. Estimulada pelo projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, a atividade tratará de tema fundamental não só ao País, como ao mundo todo.

Outra boa notícia trata das previsões de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) para 2007, que já chegam aos 5% e se aproximam da meta do “Cresce Brasil”, cuja aposta é 6% ao ano. Apesar do otimismo, é preciso fazer o que é necessário e não desperdiçar o bom momento que o País atravessa. Adverte o professor Luiz Gonzaga Belluzzo: é preciso impedir maior desvalorização do dólar e baixar mais os juros.

Em entrevista, José Paulo Vieira fala sobre o livro que relata os erros cometidos no setor elétrico nos anos 90, quando energia foi transformada em mera commodity. C&T fala sobre a missão que lançou o foguete VSB-30, a qual, embora bem-sucedida, enfrentou falha de telemetria e perdeu a carga útil. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006, ampliou a discussão sobre meio ambiente. Com isso, propiciou a criação do Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável, cujo objeto de debate será “Engenharia e meio ambiente no desenvolvimento sustentável da Amazônia sul-americana”, constituída por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Como resultado, uma jornada de trabalho sobre o tema acontecerá entre os dias 7 e 15 de agosto, em Rio Branco, no Acre, abordando ciência e tecnologia, geração de energia, meio ambiente, produção sustentável e integração regional.

A iniciativa da engenharia brasileira, que convida ao debate técnico e social os profissionais dos demais países, vem ao encontro da agenda global, que elege a preservação do meio ambiente como condição inadiável para se reverter o problema do agravamento do aquecimento global. Urge que nós, amazônidas, brasileiros e sul-americanos, discutamos a Amazônia como fator de equilíbrio ambiental do planeta, mas levando em consideração a necessidade de se estabelecer um desenvolvimento que se sustente na preservação da floresta, mas também contemple os habitantes dessa região.

Vale lembrar que o privilégio concedido pela natureza a nós é o mesmo de que desfrutam determinadas regiões do planeta, que são grandes produtoras de petróleo e agravam o equilíbrio ambiental e nem por isso impõem-se restrições de exploração, comercialização e uso. Temos soberania e queremos discutir as idéias e os interesses da Amazônia sem aceitar patrulhamento ou imposições de conceitos. Não cabe mais discutir apenas adjetivos, potencialidades ou intenções nesse assunto: está na hora de discernir se cada projeto é de fato ambiental, econômica, social e culturalmente sustentável para as comunidades envolvidas. Há uma extensa literatura sobre os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”, mas são escassos ainda os estudos de casos sobre os resultados de projetos que se pretendem sustentáveis.

A Constituição de 1988, pela primeira vez na história, dedicou todo um capítulo ao meio ambiente, assegurando a todos “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O “governo da floresta”, no Estado do Acre, através de oito anos de mandato do engenheiro florestal Jorge Viana – presidente de honra do fórum proposto pela FNE e pela ONG Engenheiros Solidários –, é uma experiência rica e concreta de política pública capaz de propor o desenvolvimento em bases sustentáveis. No setor privado, o grupo Orsa, liderado pelo empresário Sérgio Amoroso, composto pelas empresas Orsa Celulose, Papel e Embalagens, Jari Celulose e Orsa Florestal, reconstrói um projeto grandioso e contraditório que foi o Jari, idealizado pelo milionário estadunidense Daniel Ludwig, nos idos de 1967, na condição de sustentabilidade, com manejo florestal e certificação pelo FSC (Forest Stewardship Council). Ou seja, a engenharia é capaz de propor o desenvolvimento e reduzir os impactos ambientais advindos dele. *Sebastião Fonseca é presidente do Senge-AC e da ONG Engenheiros Solidários*

SINDICAL

Em sessão plenária realizada no dia 22 de julho último, os vereadores de Maceió aprovaram por aclamação adicional de complementação aos profissionais da área tecnológica que lhes garante o pagamento de montante superior ao piso – o qual corresponde a nove salários mínimos para oito horas diárias de trabalho. Sancionada em 24 do mesmo mês pelo prefeito José Cícero Soares de Almeida, a Lei 5.620, que trata da matéria e assegura a incorporação do adicional aos vencimentos e proventos dos engenheiros, arquitetos, agrônomos e tecnólogos estatutários, estende a esses benefício já repassado aos que atuam em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) junto à administração pública direta e autarquias municipais, em cumprimento da Lei 5.125/2001. A equiparação definida acompanha o maior valor pago aos colegas celetistas e corrige, assim, injustiça que prevalecia nos departamentos e órgãos públicos de Maceió.

Encaminhado ao Legislativo no dia 10 de julho, o projeto de lei que culminou com a isonomia é resultado de ampla luta da categoria. “A defasagem salarial já tem uns dez anos”, observa José Ailton Ferreira Pacheco, presidente do Senge-AL, o qual confirma que a conquista histórica corresponde a antiga aspiração e pleito dos engenheiros – que vinham batalhando para que o piso previsto na Lei nº 4.950-A/66 fosse respeitado. Assim, o sindicato vinha realizando inúmeras ações e gestões junto ao poder público, com apoio da FNE. Entre elas, relata Pacheco, a entidade procurou o líder do Governo na Câmara, vereador Francisco Holanda (PP), cuja intervenção direta foi decisiva à aprovação e sanção da lei.

Segundo o presidente do Senge, a medida beneficiará 99 profissionais da categoria vinculados à Prefeitura de Maceió, que passam a ser contemplados pela nova lei a partir de 1º de agosto. Com isso, seus salários-base terão um salto quantitativo, chegando ao dobro do montante recebido atualmente – cerca de R\$ 2.100,00. Têm a comemorar também os servidores inativos, uma vez que foram abrangidos pela medida.

Valorização

Ao puxar essa luta e levar a reivindicação às autoridades locais, o Senge-AL aderiu e fez coro à campanha nacional pela valorização profissional, que se fortalece a cada vitória local. Lançada pela FNE, juntamente com a Fisenge (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros), FNA (Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas) e Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), em 11 de dezembro último – data em que é comemorado o Dia do Engenheiro –, a iniciativa demonstra que o que acontecia em Maceió não é exceção à regra. O não-pagamento do piso, uma das principais conquistas da categoria, aos engenheiros estatutários é triste realidade nos mais diversos pontos do País. Um franco desrespeito à Lei 4.950-A/66, não obstante se tenham passado cerca de 40 anos desde sua edição. A justificativa é recorrente: os profissionais que não são celetistas não seriam atendidos por essa legislação, mas por RJU (regime jurídico único). Para driblar o tão controvertido quanto usual argumento, os sindicatos de engenheiros têm recorrido à

criatividade e buscado alternativas viáveis. Assim o fez o do Acre – que garantiu aprovação de lei própria que estipula o pagamento de valor equivalente ao piso à categoria que atua junto ao Estado e município – e agora o de Alagoas.

O próximo passo nessa última localidade é assegurar isonomia salarial também aos profissionais que atuam nos órgãos, autarquias e secretarias do Estado, informa Pacheco. A solicitação e gestões para que seja atendida já vêm sendo feitas e, caso se aprove lei nesse sentido – a exemplo do que fizeram os parlamentares na Câmara Municipal de Maceió, com posterior sanção por parte do Executivo –, o espectro a ser atingido será maior: em torno de 300 profissionais passarão a receber o valor que lhes é devido, algo próximo de 10% do total registrado no Crea-AL (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Alagoas) que compõe o universo em questão.

Em nível estadual, pelo menos na Carhp (Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais), vinculada à Secretaria Executiva de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio, a aplicação do piso não precisa esperar que projeto de lei tramite no Legislativo e Executivo. O presidente do sindicato conta que vitória judicial obtida pelo Senge já tornou o mínimo profissional realidade a 38 engenheiros que lá atuam. Mais um passo rumo à valorização da categoria. O que é essencial à retomada de um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social, conforme propugnado pelo projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em setembro último, com o apoio dos sindicatos e seus filiados.

SINDICAL II

CE

Profissionais discutem município

A 3ª Conferência da Cidade de Fortaleza, realizada nos dias 21 e 22 de julho, contou com a participação do Senge-CE. Para Thereza Neumann S. de Freitas, presidente do sindicato, foi um momento importante aos profissionais da área tecnológica, pois, além da interação com vários segmentos da sociedade, puderam debater temas relacionados ao desenvolvimento urbano com participação popular e justiça social. Entre os assuntos em pauta, estavam políticas públicas, controle social, recursos municipais, capacidade administrativa e de planejamento, além da estrutura institucional das cidades. Segundo ela, a categoria conseguiu aprovar em plenária duas propostas relevantes em caráter nacional. Uma foi a criação de equipes multiprofissionais municipais (engenheiro, arquiteto, agrônomo, geólogo, geógrafo, meteorologista e outros), nos moldes do Programa de Saúde da Família, para implementação, acompanhamento e fiscalização de recursos federais que são disponibilizados às cidades para investimentos em saneamento ambiental, habitação, transporte, energia, plano diretor,

agricultura familiar e congêneres. A outra foi o fundo para manutenção dessas equipes. “O próximo desafio será aprovar nossas propostas nas conferências estadual e nacional para que façam parte integrante das políticas públicas de desenvolvimento urbano e, dessa forma, torne-se obrigatório o exercício profissional técnico no âmbito municipal brasileiro”, afirmou Neumann.

MA

Carta de princípios foi entregue a Telma Pinheiro

O Senge foi um dos signatários da Carta de Princípios entregue a Telma Pinheiro, secretária de Estado das Cidades e do Desenvolvimento Regional Sustentável e Infra-Estrutura, no dia 10 de julho. O documento tem como fundamento a busca do envolvimento de toda a sociedade e, em especial, dos profissionais da área tecnológica, na discussão e apresentação de propostas que assegurem o desenvolvimento sustentável do Estado, informou Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge-MA. Na oportunidade, a secretária acatou a sugestão de realizar um seminário no mês de setembro para aprofundar e legitimar as propostas contidas na carta, assinada também pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e pelo Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas, ambos no Estado do Maranhão. Destaca-se entre os pontos abordados o cumprimento da Resolução 430/99, do Confea (Conselho Federal), que relaciona cargos e funções dos serviços da administração direta e indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios, cujo exercício é privativo de profissionais da engenharia, arquitetura ou da agronomia. Além disso, as entidades também esperam participar da elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

TO

Sindicatos querem debater PCCS

Visando participar da discussão para revisão do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do Estado do Tocantins, prevista para ocorrer em 2007, o Seageto e os sindicatos representantes dos servidores públicos estaduais se reuniram no mês de julho com Mary Marques de Lima, secretária-chefe da Casa Civil, Sandra Cristina Gondim de Araújo, secretária estadual da Administração, e com Rosanna Medeiros Ferreira Albuquerque, assessora da Procuradoria Geral do Estado. Segundo João Alberto Rodrigues Aragão, presidente do Seageto, “a principal luta dos engenheiros é que a Lei Federal 4.950-A, que estabelece o pagamento de nove salários mínimos vigentes no País à categoria e tem apoio das demais entidades sindicais, seja incorporada a esse plano”. Os sindicalistas também estão acompanhando a criação da Lei 1.050, que estabelecerá o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado. Já participaram de duas reuniões para debater benefícios importantes à categoria a serem incluídos, destacando-se entre eles a inclusão do pagamento do adicional de insalubridade aos engenheiros funcionários da área de saúde, da polícia técnica e da Secretaria de Segurança Pública, bem como de anuênios.

PA

Celpe é condenada a indenizar empregados

O Ministério Público do Trabalho firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), condenando a Celpe (Centrais Elétricas do Pará) a pagar indenização de R\$ 125 mil por danos causados a três trabalhadores que tiveram suas casas invadidas por pessoas em busca de material furtado da empresa. O termo estabelece que a companhia fica “proibida de adentrar nas residências dos empregados e dos trabalhadores das empresas terceirizadas, sob pretexto de realizar investigações”. O descumprimento lhe sujeitará a multa de R\$ 50 mil por dia e por empregado. No dia 25 de junho, ao assinar o TAC, a Celpe também concordou em elaborar e executar programa para “esclarecer e impedir a prática do assédio moral ou qualquer outra prática vexatória”. Se não cumprir no prazo de três meses, pagará multa de R\$ 200 mil por mês ou fração de atraso. O Senge tem direito a fiscalizar sua execução, devendo denunciar ao Ministério Público caso não ocorra.

Condições de trabalho na Cosanpa

No dia 10 de julho, graças a denúncia feita pelo Senge Pará e pelo Sindicato dos Urbanitários do Estado, aconteceu audiência para elaboração do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) sobre melhoria nas condições de trabalho na Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará). Contudo, como a PGE (Procuradoria Geral do Estado) não compareceu, a procuradora do Trabalho, Gisele Fernandes Góes, reconvocou a reunião para 22 de agosto. Nessa nova data, a Cosanpa deverá apresentar o cronograma de um programa para melhorar as condições de trabalho.

SC

Senge comemora aniversário

Em 21 de julho último, o Senge-SC completou 36 anos de luta pelo fortalecimento e valorização do engenheiro, principais metas do sindicato, atualmente presidido por José Carlos Rauen. A entidade nasceu em 1970 com o nome de Associação Profissional dos Engenheiros de Santa Catarina. Um ano depois, uma assembléia de 60 profissionais criou o sindicato. “Esse já nasceu descentralizado, com atuações amplas que, além de beneficiar o associado, visavam o interesse social, como a recuperação da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, e o plano diretor nas cidades onde tem uma diretoria regional, como Joinville, Blumenau, Tubarão, Criciúma, Lages, Chapecó e Joaçaba”, lembra Rauen. Segundo ele, “são inúmeras as conquistas, que vão dos serviços que possibilitam apoio e trabalho ao filiado até convênio com seguradoras, oferecendo vantagens de bancos comerciais, constituindo-se num importante diferencial da entidade”. O presidente do Senge ressalva ainda que “o sindicato não tem ligação político-partidária e abraça sócios que atuam em empresas e/ou assumem cargos nos diferentes

governos, contribuindo para o seu crescimento e fortalecimento”. Nesse espírito, Rauen viajou por todo o Estado em abril último, realizando palestras que visavam valorização dos 24 mil engenheiros em atividade em Santa Catarina, divididos em sete modalidades profissionais e 420 títulos. Desses, cerca de 4.500 são filiados ao Senge.

CRESCE BRASIL

A FNE e a ONG Engenheiros Solidários promovem entre os dias 7 e 15 de agosto, no Estado do Acre, o Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável, sob o tema “Engenharia e meio ambiente no desenvolvimento sustentável da Amazônia sul-americana”. A programação do evento inclui visitas técnicas à BR 364, na cidade de Cruzeiro do Sul, e à Estrada do Pacífico Transoceânica, que liga o Brasil ao Peru. Nos dias 9 e 10, acontece em Rio Branco o seminário que abordará temas essenciais à região: ciência e tecnologia, geração de energia, integração da Amazônia sul-americana (que abrange Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Venezuela), meio ambiente e produção sustentável. Entre os palestrantes, estarão o ex-governador e presidente de honra do fórum, Jorge Viana, e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A iniciativa conta com o apoio do governo estadual e das empresas Furnas e Odebrecht.

Fomentada pelo projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006 e cujo manifesto reserva um capítulo à Amazônia, a iniciativa visa estimular a criação de uma rede público-privada permanente de interlocutores que se dediquem ao desenvolvimento sustentável como base para o crescimento econômico da região. “Essa é talvez uma das discussões mais importantes a serem travadas no Brasil. A Amazônia merece toda nossa atenção e esforço para que se garantam proteção ambiental, desenvolvimento socio-econômico e soberania nacional”, ressalta o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, que abrirá o evento em Rio Branco. Ele lembra ainda que “os engenheiros precisam que exista uma macropolítica voltada a esse objetivo para que possam dar a sua contribuição”. “É por meio da engenharia que se pode prever impactos ambientais negativos, evitá-los ou ao menos reduzi-los e prover a população de condições de vida adequadas”, salienta.

A consciência dessa necessidade, que hoje ganha adeptos na sociedade, é portanto o grande norte do Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável. É preciso encontrar meios de garantir condições de vida às populações da região amazônica produzindo o menor impacto possível sobre a natureza. “A partir desse novo olhar, o desenvolvimento deixou de ser o vilão e tornou-se um aliado na luta pela preservação”, afirma Sebastião Fonseca, presidente do Senge-AC e da Engenheiros Solidários. “Atualmente, grandes investimentos no setor da construção civil vêm sendo realizados na região. Dentro desse contexto, faz-se necessário promover debates envolvendo os diversos atores, sejam as comunidades locais, os empreendedores privados, os governos e os vários países que fazem parte da Amazônia. O

fórum tem essa missão: trazer à tona os desafios existentes e buscar formas de superá-los”, afirma. Entre os empreendimentos desse tipo, ele lista as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia, a de Belo Monte, no Rio Xingu, a continuidade da pavimentação da Estrada do Pacífico no trecho Iñapari-Puerto Maldonado, em território peruano, bem como “uma série de outros que vêm sendo realizados nos demais países que compõem a Amazônia sul-americana”. Para Fonseca, além de vir ao encontro de uma tomada de consciência geral, o evento justifica-se pela própria experiência que vem sendo feita no Acre. “O Estado é hoje referência nacional e internacional quando o assunto é desenvolvimento e gestão sustentável. O bom exemplo mostrou que é possível conciliar grandes obras com respeito à natureza.”

Juntamente com o desenvolvimento socio-econômico e a preservação, a soberania, que é o terceiro vértice do triângulo envolvendo a questão amazônica, também entrará em pauta no debate a ser travado em Rio Branco. Em artigo nesta edição de Engenheiro, Fonseca situa a questão de forma clara: “Vale lembrar que o privilégio concedido pela natureza a nós é o mesmo de que desfrutam determinadas regiões do planeta, que são grandes produtoras de petróleo e agravam o equilíbrio ambiental e nem por isso impõem-se restrições de exploração, comercialização e uso. Queremos discutir os interesses da Amazônia sem aceitar patrulhamento ou imposições de conceitos.”

Para maiores informações, visite o site www.engenheiros.foruminter-nacionaldamazonia.org

CRESCER BRASIL II

Em setembro de 2006, quando foi lançado pela FNE, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” cravou uma aposta ousada: o País precisa e pode crescer 6% ao ano, já a partir de 2007. Em janeiro, foi anunciado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), trazendo uma meta mais tímida: 4,5% em 2007 e 5% de 2008 a 2010. Alguns meses depois, uma série de indicadores positivos tem contribuído para dissipar o ceticismo em relação à previsão de expansão do PIB (Produto Interno Bruto), aproximando-a da proposta dos engenheiros. Tradicionalmente conservador, o Banco Central elevou, no final de junho, sua estimativa de crescimento para este ano de 4,1% para 4,7%. A projeção leva em conta a pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que apurou aumento de 4,3% do PIB no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 2006. Na taxa acumulada em um ano, encerrado em março último, o incremento atingiu 3,8%.

Contribuíram para o resultado diversos fatores favoráveis. O consumo das famílias ampliou-se em 6% e o do Governo, em 4%. A formação bruta de capital fixo teve crescimento de 7,2%, o que se deveu sobretudo ao aumento da produção e da importação de máquinas e equipamentos. A exportação de bens e serviços também apresentou elevação de 5,9%. Com a

cotação do dólar em queda, o índice, contudo, foi bem menor que o crescimento das importações, que alcançou 19,9%. Ainda, a renda nacional bruta chegou aos R\$ 584,4 bilhões no primeiro trimestre, contra R\$ 524,3 bilhões do ano anterior. A poupança bruta atingiu R\$ 104 bilhões, contra R\$ 88,6 bilhões, na mesma base de comparação. Em 11 de julho, mais um dado significativo: segundo a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o setor registrou crescimento e fechou o primeiro semestre com 142 mil novas vagas. Isso significou uma alta de 6,86%.

Otimismo

“Vivemos uma conjuntura muito favorável. Os dados estão mostrando que a economia tende a crescer 4,5% ou 5% em 2007”, confirma o professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Luiz Gonzaga Belluzzo. “Os juros, embora ainda muito elevados, estão caindo, o que tem efeito sobre o crédito. Os investimentos estão crescendo, sobretudo no agronegócio, assim como os empregos. Os rendimentos não estão subindo muito, mas isso é geral no mundo, excetuando-se a China”, analisa ele.

Basicamente positiva, a situação atual, entretanto, revela ambigüidade, afirma Belluzzo: “Há o pessoal que reclama e o que está se beneficiando. O desenvolvimento está muito desequilibrado.” A questão central para corrigir o problema, na opinião do professor, é não permitir valorização ainda maior do real, o que tem prejudicado as exportações de bens manufaturados e deixado de saia justa a indústria nacional. “Isso é ruim sobretudo para as pequenas e médias empresas, que enfrentarão concorrência muito pesada. Prejudica a economia com reflexos negativos sobre emprego, especialmente para o engenheiro”, adverte.

O setor, no entanto, parece não se abalar diante do nó cambial a ser desatado. Segundo a pesquisa “Rumos da indústria paulista”, realizada pelo Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), 67% das 608 empresas disseram estar “otimistas” ou “muito otimistas” quanto ao seu desempenho no segundo semestre. Além disso, embora moderada, também é maior a expectativa de novas contratações no período: 35% das consultadas esperam abrir novos postos. Para completar, 74% das companhias fizeram ou farão investimentos neste ano. Desses, 25% concentram-se na compra de novas máquinas e equipamentos, o que pode explicar o bom desempenho do segmento – que cresceu 10,5% no primeiro semestre.

Outro alerta de Belluzzo diz respeito aos riscos de concentrar a expansão no setor sucroalcooleiro – responsável por 74% dos novos empregos criados na indústria, de acordo com a pesquisa da Fiesp. “A indústria de bens de capital continua atrasada tecnologicamente, cresce nas áreas menos avançadas”, pondera.

Outro dado que ainda não anima, lembra o professor, é a qualidade dos investimentos estrangeiros que entram no País, embora tenha sido registrado crescimento significativo – só em junho, ingressaram US\$ 10,318 bilhões, enquanto julho, até o dia 23, contabilizou cerca de US\$ 3 bilhões. “A maior parte ainda é arbitragem ou fusões e aquisições. No que diz respeito a investimento produtivo, a lógica é a mesma da dinâmica econômica, tem entrado para o

etanol e construção. Um pouco na área automotiva. Não há investimentos nas áreas de ponta, como informática”, observa.

Medidas necessárias

Um ponto favorável nesse cenário, mostra ele, é que, apesar do esforço de divulgação do Governo, “o crescimento observado até agora não tem relação com o PAC”. Se deslanchar, “especialmente nos projetos de energia e transporte, terá impacto positivo na economia, porque o empuxo desses investimentos, que demandam a indústria, é muito pesado”. Ou seja, o desempenho ao final de 2007 pode ser ainda melhor, se as providências necessárias forem tomadas: “Aqui também é importante observar o efeito do câmbio, é preciso desvalorizar o real para que seja vantajoso produzir.”

Para Belluzzo, melhorar a qualidade do crescimento nacional, transformando-o em desenvolvimento, exigirá apoio à pesquisa e inovação. Nesse sentido, ele defende a retomada do programa nuclear brasileiro como forma de investir em progresso tecnológico. “Mas isso também só vai funcionar quando a economia estiver crescendo e o empresário vir vantagem em investir. Não acontece automaticamente”, ressalva.

A receita de Belluzzo para que o Brasil não perca a boa oportunidade inclui uma dose de coragem: “Se a situação continuar favorável, pode-se mudar a política econômica com segurança. Não precisa de nada espetacular, mas não adianta ficar esperando que acabe a inflação. Isso não vai acontecer. É preciso administrar o equilíbrio entre o crescimento e uma certa taxa de inflação. O BC já poderia ter baixado os juros mais um ponto, não faz isso por vários motivos, inclusive porque tem medo. Está chovendo na nossa horta e é preciso aproveitar. Estabilidade é bom, importante e fundamental, mas não é suficiente.”

ENTREVISTA

De bem estratégico ao desenvolvimento nacional, o setor elétrico passou a ser mais um negócio lucrativo, mediante sua reestruturação a partir dos anos 90. Essa trajetória é descrita pelo doutor em energia pela USP (Universidade de São Paulo), José Paulo Vieira, em seu livro “Antivalor – um estudo da energia elétrica construída como antimercadoria e reformada pelo mercado nos anos 90” (Editora Paz e Terra, 312 páginas). Em visita à Capital paulista para lançar a obra, no dia 23 de julho último, o autor – que reside atualmente em Natal, Rio Grande do Norte, onde preside a empresa Termoaçú – concedeu esta entrevista exclusiva ao Engenheiro, em que aponta a face mais perversa da construção da energia elétrica como mercadoria, seguindo a cantilena neoliberal, e as conseqüentes privatizações no setor: aumentos tarifários extraordinários. Contra isso e para que a sociedade brasileira não se

depare com novo risco de desabastecimento – a exemplo do que culminou com o racionamento de 2001 –, Vieira indica a necessidade de política energética que priorize o planejamento e a expansão do setor.

Em seu livro, você fala da construção da energia elétrica no Brasil como antimercadoria. Fale sobre esse conceito e o contexto histórico.

Energia elétrica foi assim gestada nos anos 30, num momento em que o Brasil estava passando da fase agrícola à industrial e foi elemento essencial de viabilização desse processo. Tinha de ser abundante e barata para viabilizar a competitividade da nossa indústria, a instalação de grandes plantas, sua expansão e a atração de mão-de-obra do campo para a cidade. Cumpriu papel fundamental na construção de um modelo de desenvolvimento voltado ao bem-estar social. Foi um componente essencial da modernidade do País e considero que esse modelo vigorou até a década de 90. Daí em diante, a energia ficou mais vinculada aos interesses de cada empresa. O conceito de antimercadoria foi muito desconstruído.

E a expansão do setor ocorreu nesse período em que a energia era considerada antimercadoria...

O País teve um crescimento espetacular no século XX e a energia elétrica acompanhou isso. Bem ou mal, esse modelo estatal deu conta disso, não teve grandes crises ou falta de suprimento como a gente verificou no modelo de mercado. Entre 1999 e 2001 tivemos dois blecautes de nível nacional e um racionamento que antes nunca houve na história do País. (O novo modelo) foi muito bom para aumentar os lucros de alguns grupos. A medida provisória, que depois se transformou na lei de concessões, era do início de fevereiro de 1995, ou seja, praticamente pouco depois de o Governo FHC ter se instalado. Não houve tempo de a sociedade amadurecer a questão, a coisa foi feita com um grande viés de internacionalização. Desmontou-se em grande parte o mercado de engenharia, que era de primeiríssimo mundo, e entregamos de bandeja grandes usinas, quando havia outro jeito de ser feita a privatização.

Qual era esse outro jeito?

As concessões não precisavam ser por 30 anos, podiam ser por 15. A Excelsa, por exemplo, foi privatizada em julho de 1995, já são 12 anos, daqui a três estaria vencendo a concessão, você daria a possibilidade de a sociedade desde já discutir a qualidade do que foi feito e decidir se deveria se renovar a concessão por mais 15 anos ou licitar de novo. E a arrecadação de recursos com o leilão seria muito semelhante. Poderia haver uma democratização do capital, com muito mais pessoas participando e tornando-se acionistas, dando mais transparência ao modelo de gestão. A legislação tinha que ser mais estruturada antes desses grandes grupos entrarem e o investimento deveria necessariamente ser indicado para expansão da produção e não para comprar o que já estava feito.

Os aumentos tarifários foram a face mais perversa desse modelo?

Uma das primeiras medidas do modelo foi uma reforma tarifária no final de 1995 que colocou peso enorme sobre o consumidor de baixa renda. As tarifas aumentaram muito, mas muito mais proporcionalmente para os pequenos consumidores. Essa foi uma face muito perversa do modelo e é justamente a mais visível da desconstrução da antimercadoria.

Qual o panorama atual no setor elétrico? Existe o risco de uma nova crise, como a que vive hoje a Argentina?

A partir de 2003/2004 o novo governo colocou algumas mudanças razoáveis, o planejamento voltou a ser determinativo, ou seja, a questão da expansão do setor elétrico não pode ficar por conta do mercado, do sinal de preços ou de qualquer lógica que esteja atendendo apenas a vontade privada. Foram bolados os leilões pela menor tarifa e houve alguns avanços e requisitos ambientais para viabilizar as usinas, mas o problema é que o setor hoje não é mais o mesmo. Tem grandes grupos empresariais privados, na maior parte estrangeiros, e uma regulação que facilita a vida deles, cuja lógica não é investir no setor, mas extrair lucros e remeter dividendos. Essa equação infelizmente permanece e o País está sofrendo com isso, porque o risco de falta de energia está aumentando ano a ano, o investimento não está sendo suficiente para atender o crescimento nacional. As estatais poderiam ser utilizadas pelo Governo com mais força e empenho na expansão e não estão sendo. Elas não participam de leilões, existem grandes restrições a isso, e deveriam ter a mesma condição de acesso a financiamento que as privadas.

C&T

Após ter sido adiado várias vezes devido às condições climáticas, o lançamento do VSB-30 (Veículo de Sondagem Booster-30) em 19 de julho cumpriu parte de seus objetivos com sucesso. A iniciativa foi a primeira do gênero – não-tripulada e levando experimentos – desde o acidente com o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites) no CLA (Centro de Lançamento de Alcântara) em 2003, que matou 21 técnicos do CTA (Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial). A missão científica – batizada de Operação Cumã II, em homenagem a uma baía de Alcântara, no Maranhão, onde fica o centro de lançamento – visava, além do voo, a realização de nove experimentos. De acordo com o presidente da AEB (Agência Espacial Brasileira), Sergio Gaudenzi, mobilizou cerca de 200 especialistas, das diversas instituições envolvidas.

Segundo divulga em seu site o CTA – que participou da operação, ao lado de equipes da AEB, IAE/CTA (Instituto de Aeronáutica e Espaço), DLR (em português, Agência Espacial Alemã), CLA,

CLBI (Centro de Lançamento Barreira do Inferno), além de outras unidades da Força Aérea e da Marinha do Brasil –, o desempenho no lançamento do VSB-30 foi “completamente dentro do esperado”. Se o voo ocorreu a contento – tendo tido, conforme informa a AEB, duração de 19 minutos, atingindo aproximadamente 242km e se estabelecendo ambiente de microgravidade por 6,2 minutos –, durante a queda, houve falha nos sinais de telemetria (sistema de monitoramento e transmissão de dados). Com isso, ficou prejudicado o resgate da carga útil, módulo do foguete em que eram transportados nove experimentos científicos, a maioria participante do Programa de Microgravidade – criado pela AEB, conforme Gaudenzi, “para proporcionar à comunidade científica a oportunidade de enviar experimentos em ‘gravidade zero’”.

O material transportado, que pesava ao todo 81kg, de acordo com o CTA, se perdeu no mar. Ainda assim, a agência informa que o sistema de telemetria conseguiu transmitir dados sobre parte desse. No voo, lembra Gaudenzi, “havia experimentos de biotecnologia, engenharia, medicina e outros de tecnologia espacial, como o dos giroscópios, que ajudarão o País a adquirir autonomia no sistema de guiagem de foguetes”. Denominado Sistema Dinâmico de Voo, o projeto – da AEB – foi financiado pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) através da Fundep (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa) e desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados e Instituto de Aeronáutica e Espaço, organizações subordinadas ao CTA, em parceria com a empresa Optsensys – Instrumentação Óptica e Eletrônica. Considerado experimento bastante importante para a atividade espacial brasileira, compunha-se de dois giroscópios a fibra óptica (sensores de rotação) cuja finalidade era, segundo informação do comando da aeronáutica, monitorar fases do voo.

O VSB e o futuro

Com pouco mais de 12 metros de altura e peso de 2,6 toneladas, segundo relata Gaudenzi, o VSB-30 é indicado para a realização de experimentos em ambiente de microgravidade como esse. “Permite que a carga útil permaneça cerca de seis minutos acima da altitude de 110km.” O investimento não é pequeno. “Um foguete completo custa cerca de € 900 mil.”

A iniciativa integra o PNAE (Programa Nacional de Atividades Espaciais), que apresenta como objetivo “capacitar o País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, por meio da geração de riqueza e oferta de empregos, do aprimoramento científico, da ampliação da consciência sobre o território e melhor percepção das condições ambientais”. O gargalo ainda está nos poucos recursos destinados para tanto: neste ano estão previstos, segundo a assessoria de comunicação da AEB, R\$ 245 milhões, valor considerado insuficiente por técnicos do setor.

Não obstante as dificuldades de orçamento, Gaudenzi destaca que, desde o início do desenvolvimento do programa espacial brasileiro, em 1961, houve diversas conquistas. “Já foram lançados dois satélites de coleta de dados totalmente nacionais em órbita, além de dois sino-brasileiros de recursos terrestres (CBERS), sendo que o terceiro será lançado em setembro; já realizamos diversos vôos com foguetes de sondagem, dois testes em voo com o

VLS e temos boa infra-estrutura de laboratórios. As imagens geradas pelo CBERS têm contribuído para o controle do desflorestamento da Amazônia, previsão de safras, fiscalização do uso da água para irrigação, entre inúmeros outros.” Além da continuidade desse programa feito em parceria com a China, o presidente da AEB afirma que “futuramente teremos a conclusão da Plataforma Multimissão, uma espécie de ‘chassi’ para satélites, que permitirá a montagem de diversos artefatos espaciais a partir da mesma base”. Entre os satélites, ele cita o Amazônia-1 e o Mapsar, respectivamente para monitoramento da Amazônia e radar. Esse último possibilita, como explica Gaudenzi, a obtenção de imagens tanto à noite quanto em dias de chuva ou nebulosidade. “Também haverá os próximos testes do VLS, sendo que o primeiro será tecnológico, ou seja, apenas para verificação do funcionamento dos primeiros motores.” A data de lançamento, contudo, ainda não está definida. Depende, segundo a assessoria de comunicação da AEB, da construção da Torre Móvel de Integração – destruída quando do acidente em Alcântara –, o que aguarda liberação pelo TCU (Tribunal de Contas da União).